



ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA

Às 9 horas do dia 02 de abril de 2019, estiveram presentes na sexagésima primeira reunião da REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA, na sala da Escola de Contas do Tribunal de Contas do Estado (TCE), os representantes do Tribunal de Contas da União (TCU), Pedro José Suffredini e Ricardo Broegaard Jonas, do Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA), Luciano Chaves e Evellyn Figueredo, do Ministério Público Federal (MPF), Fernando Túlio da Silva, da Controladoria-Geral da União (CGU), Antonio Veiga Argollo, da Auditoria Geral do Estado da Bahia (AGE), Djalma Freire de Sá, do Ministério Público Estadual da Bahia (MP/BA), Luciano Taques Ghignone, do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM/BA), Ronaldo de Sant'anna, do Ministério Público de Contas junto ao TCE (MPC/TCE), Antonio Tarcísio Sousa de Carvalho, do Ministério Público de Contas junto ao TCM (MPC/TCM), Guilherme Costa Macedo, da Advocacia Geral da União (AGU), Waldir Santos e da Procuradoria Geral do Estado (PGE), Ubenilson Colombiano Matos dos Santos.

Aberta a sessão, o Sr. Pedro Suffredini comunicou inicialmente os pontos da agenda e discorreu brevemente sobre o evento patrocinado pela Ministério da Justiça já que o Sr. Luciano Taques Ghignone do MPBA ainda não estava presente naquele momento e informou que esse ponto seria revisitado assim que o Procurador estivesse presente. Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Ricardo Jonas para falar a respeito da atual situação de implantação do site da Rede de Controle. Inicialmente foi falado que a Rede de Controle do Paraná, através da Procuradoria Geral de Justiça e a Auditoria Geral autorizavam o envio dos códigos fontes do site hospedado na Celepar, porém, que quem deveria se posicionar definitivamente sobre a disponibilização era o atual titular da Rede de Controle do Paraná. Nesse contexto o Sr. Pedro Suffredini colocou a necessidade de disponibilização de ajuda na área de TI por parte dos parceiros, inclusive porque com as recentes mudanças no TCU, as Secretarias nos Estados experimentaram uma redução expressiva nos seus quadros de servidores. O Sr. Waldir Santos colocou que no prisma dele o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público Estadual seriam os órgãos que melhor poderiam ajudar já que contam com infraestrutura maior. O Sr. Luciano Chaves pediu a palavra e disse que já tinha conversado com a equipe de TI e que eles estão à disposição, então o representante do TCU pediu que se fosse agendado **uma reunião técnica com a equipe de TI** do TCE para tratar deste assunto. Então passou-se a discutir se iríamos hospedar o site sob o domínio da Rede de Controle Nacional ou se domínio ficaria fora da órbita do site geral. Foi concluído, após o Sr. Djalma de Sá informar que a Prodeb já iria providenciar o domínio para a Rede de Controle BA, que o site local ficaria fora do domínio nacional, mas que colocaríamos um link no site nacional. Discutiu-se também, ainda que de forma superficial, qual seria o papel do site, ficando essa questão a ser discutida em um momento posterior. O Sr. Luciano Ghignone discorreu sobre os contatos realizados até então acerca dos preparativos do evento com o MJ. Segundo suas informações, o evento será mesmo realizado entre os dias 7 e 10 de maio no auditório do MPBA, no CAB, e após tratativas realizadas com a equipe organizadora foi disponibilizado um espaço na programação para a Rede propor a inserção de um tema para compor a agenda, cuja elaboração se encontra em fase final. Quanto ao aspecto logístico



também está pendente o envio da programação definitiva para que seja analisada a necessidade de apoio de outros órgãos parceiros. O Sr. Luciano Taques Ghignone pediu apoio aos parceiros quanto à disponibilização de mestre de cerimônia e fornecimento de coffee-break. O Sr. Luciano Chaves juntamente com a Evelyn do TCE, ficaram de ver com a área de eventos do TCE se seria possível disponibilizar, dentro do contrato, o mestre de cerimônia. Eles veem como possível a disponibilização no primeiro dia do Mestre, não nos 4 dias. Quanto ao auxílio para o Coffee-Break não seria possível qualquer tipo de apoio, bem como nenhum outro parceiro se dispôs a ajudar nesse quesito. O representante do MPBA alertou que, quanto ao mestre de cerimônia, é bem possível que o MPBA também tenha condição de disponibilizar. Quanto ao apoio logístico com veículos, o TCU, MPBA, TCE, MPF se manifestaram positivamente quanto à possibilidade de colaborar. O assunto seguinte foi o evento da rede de controle nacional que está marcado para Salvador, ainda este ano. O Sr Pedro Suffredini contextualizou o assunto fazendo um breve histórico a respeito das tratativas que levaram o Estado da Bahia a se tornar o local para o próximo evento. O mesmo também falou um pouco das discussões que ocorreram na última reunião acerca do possível formato, se estritamente focado na participação das redes de controle ou se contaria com a participação de público externo às Redes para dar maior visibilidade. O Sr. Antonio Argollo falou que na última reunião tinha-se criado um grupo de discussão técnica para já pensar no público alvo e na possível agenda, mas o Sr. Pedro Suffredini sugeriu retomar a discussão. O Sr. Antonio Argollo falou que ele, juntamente com o Sr. Luciano Taques, o Sr. Waldir Santos e o Sr. Fernando Tulio seriam os responsáveis técnicos para discutir a agenda. Dada à maior disponibilidade em termos de infraestrutura local do TCE, o Sr. Pedro Suffredini pediu para o Sr. Luciano Chaves se envolva muito no apoio as questões logísticas do evento, ao que este último ponderou que, a despeito de manter o firme propósito de contribuir ao máximo para a realização do encontro, há que se registrar que em 2019, diferentemente das condições observadas em 2018, com o fim do contrato celebrado com o Banco Mundial, existe apenas um pequeno saldo de pouco mais de R\$ 4.000,00 dos recursos financeiros repassados no âmbito do citado contrato, saldo esse insuficiente para bancar o evento. O Sr. Luciano Chaves ficou de confirmar com a equipe do TCE o valor exato desse saldo bem como avaliaria a possível utilização de tais recursos no evento junto às instâncias competentes do órgão. Reportando-se ao último encontro de redes realizado em 2018 em Porto Alegre, no qual se fez presente, o Sr. Pedro Suffredini mencionou que durante o encerramento daquele evento, Salvador foi expressamente confirmada como local do próximo encontro nacional das redes de controle. Segundo seu depoimento, boa parte do evento foi direcionado para discutir o texto do Regimento Interno da rede nacional, que se encontrava em elaboração à época. Ressaltou, ainda se referindo ao último encontro das redes, que observou uma maior afluência de público, de cerca de 120 pessoas, quando a agenda tratava dos temas abertos. O Sr. Waldir Santos discorreu sobre como foi a agenda do evento em Recife e que a seu ver seria importante abarcar temas abertos para o público fora da Rede de Controle para dar maior visibilidade e chamar a sociedade. Acordos com Universidades e outras instituições de Ensino e da sociedade, como Conselhos, FIEB, etc., também poderiam contribuir para atrair um maior número de participantes. O Sr. Antonio Argollo sugeriu que o evento poderia ser também realizado na FIEB/Casa do Comercio. Segundo seu relato, a utilização do espaço já houvera sido negociada para a realização do encontro nacional em 2018,



evento esse que acabou não ocorrendo na Bahia. Ponderou que além de ser dotado na infraestrutura necessária em termos de espaço, estacionamento e vagas de estacionamento, poderia, eventualmente, ser buscado junto à administração da FIEB o fornecimento do coffee-break para o evento. O Sr. Waldir Santos complementou que provavelmente existiria por parte da FIEB um grande interesse por conta da utilização do restaurante durante a realização do evento. O Sr. Antonio Argollo ficou de ligar, mas o Sr. Ricardo Jonas falou que seria importante definir o período do evento para o Argollo poder ligar. Falou-se também que a FIEB teria condição de dar apoio em outros aspectos além do espaço. O Sr. Luciano Taques falou que é fundamental definir previamente o público alvo para que se possa definir o formato do evento e que a definição da agenda é fundamental para o êxito do encontro, já que a discussão sobre combate a corrupção é um tema batido e que seria importante ter um viés de capacitação e não motivacional. O Sr. Pedro Suffredini relatou como foi a agenda da última reunião nos dois dias do encontro de Porto Alegre, mostrando que a sociedade civil (Escolas) ocupou uma boa parte da agenda (controle social). O Sr. Luciano Taques, mais uma vez, falou que para ele, a questão de capacitação é importante e o que foi corroborado com o sr. Luciano Chaves, no tocante a definição do público alvo. Mencionou ainda sobre o simpósio da PF que vem acontecendo e que no ano passado foi mudado o foco, mirando estudantes de escolas de direito, mas o Sr. Antonio Argollo alertou que este é um evento pago. O Sr. Luciano Taques falou apenas que usou como exemplo o simpósio da PF para enfatizar que o foco do evento é fundamental para o seu sucesso. O Sr. Pedro Suffredini resumiu sobre a perspectiva do evento misto mais pediu para que o grupo responsável pela formatação do evento elabore uma proposta preliminar de agenda para avaliação na próxima reunião de abril, uma vez que já estamos em abril. Quanto ao público alvo, o Sr. Luciano Taques falou que este é um evento da rede de controle, portanto, a seu ver, o público alvo seria esse, o que o Sr. Waldir Santos discordou já que o público da rede é pequeno e ninguém na Bahia teria interesse de participar. O Sr. Waldir Santos opinou no sentido de que deveria ser definido um tema forte para mobilização social, aproveitando a vinda de membros parceiros. Depois de aspectos da relevância da data, definiu-se trabalhar com a segunda semana de setembro como período provável para realização do evento. Sendo assim o período de 19 e 20 de setembro foi definido como datas prováveis e o Argollo ficou de ligar para o pessoal da FIEB/Casa do Comercio para ver a disponibilidade de espaço. Como plano B ficariam os espaços do MPBA, MPF, porém sendo que apenas como plano B, já que são lugares de difícil acesso. O Sr. Luciano Taques falou a respeito do Fabio George do MPF, colega muito ativo nas redes de controle, que hoje está no CNJ e que deve ser escolhido como Presidente da Associação de Procuradores da República como um possível palestrante. O Sr. Fernando Tulio falou da dificuldade financeira do MPF para custear esse tipo de participação. O Sr. Luciano Taques ficou de ver o auditório do MP-BA estaria disponível nos dias propostos para o evento da Rede de Controle. O Sr. Antonio Argollo também ficou de falar com a Casa do Comercio ainda na semana seguinte e falaria sobre um evento para cerca de 150 pessoas. O Sr. Pedro Suffredini pediu para já tratarmos de desenhar a agenda. Até o final do mês o Argollo se comprometeu a ter um esboço de agenda da reunião. O próximo tema da agenda foi a visita da rede de controle ao FNDE para apresentar a OT 7. O Sr. Fernando Tulio falou que está tentando agendar com o Presidente do Órgão a visita ainda essa semana já que tanto ele quanto o Sr. Luciano Taques estarão em Brasília, e que dada à



delicadeza do assunto, avaliará previamente a oportunidade de adotar essa providência no momento atual. O Sr. Antonio Argollo ressaltou, entretanto, que a disseminação junto as prefeituras, da OT é fundamental, já que muitas delas estão buscando orientações a respeito do assunto junto à CGU. Segundo ele, as prefeituras têm o conhecimento da OT mas não sabem operacionaliza-la. O Sr. Fernando Tulio, comentou a respeito de uma ação em Guanambi e que o grande problema é indicação política do prestador de serviço. O que foi corroborado pelo Sr. Waldir Santos. O Sr. Pedro Suffredini perguntou sobre o contato com a UPB, o que o Sr. Luciano Taques informou que teria entrado em contato, e que eles voltariam com uma resposta o que não aconteceu. O Sr. Luciano Taques sugeriu que a rede de controle organizasse um evento para divulgação da OT ainda em maio e convidasse as prefeituras. O Sr. Luciano Chaves falou que o foco da UPB no mês de abril é a marcha das prefeituras em Brasília. O Sr. Luciano Taques então reforçou a necessidade de fazer um evento de um dia ou de um turno sobre a divulgação da OT. O Sr. Fernando Tulio alertou sobre a delicadeza do tema, pelo fato de o próprio presidente da UPB ter sido alvo de uma ação da polícia federal. O Sr. Luciano Taques sugeriu a data de 31 de maio, sexta-feira, como a data tentativa para a realização do evento, ao que todos concordaram. O Sr. Ronaldo de Sant'anna se disponibilizou de divulgar a programação do treinamento junto às prefeituras. Como ponto final o Sr. Pedro Suffredini colocou que já iríamos começar a circularizar o ofício acerca da renovação do acordo de cooperação (Termo aditivo). O Sr. Luciano Taques pediu para não esquecermos da adesão do Ministério Público do Trabalho (MPT) à rede e que já iria convidá-los informalmente para começar a participar dos eventos. Finalizando o Sr. Waldir Santos pediu a palavra e propôs a criação de um projeto para capacitar pessoas para fiscalizar políticas públicas. Segundo sua proposta, a execução desse projeto se daria através da realização de uma série de reuniões ou eventos pequenos para qualificar pessoas, principalmente estudantes ligados à faculdades de direito e contabilidade para o combate a corrupção. Todos entenderam que esse trabalho seria de grande valia. Ele descreveu brevemente algumas ações a serem propostas no contexto desse projeto, e se comprometeu a apresentá-lo formalmente em uma reunião futura. Nada mais foi discutido e a reunião foi encerrada. Essa ata vai escrita por mim, Ricardo Jonas, que a lavrei, e pelos demais presentes na reunião.

Pedro José Suffredini

Ricardo Broegaard Jonas

Luciano Chaves



Evellyn Figueredo

Ronaldo de Sant'anna

Antonio Tarcisio Sousa de Carvalho

Luciano Taques Ghignone

Antonio Veiga Argollo

Waldir Santos

Guilherme Costa Macedo

Djalma Freire de Sá;

Fernando Túlio da Silva

Ubenilson Colombiano